

INTRODUÇÃO – DIVERSIDADE E DISSONÂNCIA EM ARQUEOLOGIA PÚBLICA¹

Tradução: Bruno Sanches Ranzani da Silva²

O que queremos dizer com ‘o público’?

A noção de “público”, no sentido de um corpo coletivo de cidadãos e em contraste com o reino do privado, nos circunda desde, pelo menos, os tempos romanos (MELTON, 2001: 1). No entanto, há mais dois significados específicos ao termo, ambos centrais para a discussão de arqueologia pública. O primeiro é a associação do termo “público” com o estado e suas instituições (órgãos públicos, edifícios públicos, cargos públicos, o interesse público), que emergiu na era de intensa formação de estados a partir do começo do período moderno (ibid.). No tocante à arqueologia, a abertura do Museu Britânico em 1753 é provavelmente o primeiro caso em que se observa o estado criando uma instituição pública que inclui a exibição de coleções arqueológicas como parte central de sua agenda.

A segunda é o conceito do “público” como um grupo de indivíduos que debatem questões e consomem produtos culturais, e cujas reações informam “opiniões públicas” (ibid.). Essa noção desenvolveu-se durante o Iluminismo e recebeu seu tratamento mais completo em *A transformação estrutural da esfera pública* (1962), de Habermas. Para Habermas, o modelo de uma democracia aberta, crítica e participativa estava fundada no desenvolvimento de uma esfera pública burguesa durante o século XVIII, alimentada por novos tipos de espaços públicos, como casas de café e salões³, bem como novas formas de comunicação, a exemplo dos jornais e novelas. O próprio modelo de Habermas tem sido criticado por sua atenção insuficiente ao gênero, por sua falta de reconhecimento de que apenas donos de propriedades eram efetivamente aceitos na esfera pública, e por ignorar a “esfera pública plebeia”, frequentemente dispensada como “a turba” (MCGUIGAN 1996: 24-

¹ Referência original da publicação: MERRIMAN, Nick. Introduction – Diversity and dissonance in public archaeology. MERRIMAN, Nick (Ed.). **Public Archaeology**. London: Routledge. 2004.

² *Doutorando em Arqueologia no Museu de Antropologia e Etnografia da USP (MAE-USP). Contato: brunorzn@gmail.com*

³ NT: No original, *salon*, que faz referência a um cômodo interno de grandes casas, reservados à recepção de visitantes, já no século XVII até meados do XX, com atividades que vão desde o entretenimento a discussões políticas.

5). Entretanto, para nossos propósitos, seu trabalho é seminal na identificação de circunstâncias históricas específicas durante as quais a noção de “público” como um corpo crítico externo àquele do estado se desenvolveu.

Assim, por um lado temos uma compreensão na qual o estado assume o papel de falar em favor do público e atuando “pelo interesse público”. Isso pode incluir a provisão estatal de instituições e serviços públicos como arqueologia, museus e educação. O pressuposto de que o estado atua em prol do interesse público geral significa que interesses de minorias podem não ser representados efetivamente, e uma abordagem autoritária pelo estado significa que ele pode perder contato com os desejos de um público diverso. Uma das questões para uma arqueologia pública deve ser, assim, assegurar que o estado, ao executar o interesse público, leve em consideração as perspectivas desse público e saiba lhe prestar as devidas contas de suas ações (veja THOMAS, Capítulo 9, este volume)⁴.

Por outro lado, a segunda noção de “público” envolve debate e opinião, além de inerentemente imprevisível e conflituoso. O público, particularmente quando é definido como uma força ativa e multivalente, ao contrário do coletivo sem rosto apresentado pelos críticos da cultura de massa (e.g. ADORNO e HORKHEIMER, 1944), pode ter o poder de influenciar, criticar e subverter os desejos do estado e trazer a mudança. Inclusive o termo genérico “público” é sempre insatisfatório para descrever uma imensa diversidade de pessoas, com diferentes idades, sexos, classes, etnicidades e interesses e afiliações religiosas, muitos das quais estão em conflito umas com as outras. Apesar da crítica em muitos textos de, por exemplo, estudos de visitantes, o termo “público geral” conseguiu manter-se. Sua única validade para nossos propósitos aparece se usada como um termo de atalho para descrever a imensa diversidade da população que não ganha a vida como arqueólogos(as)⁵ profissionais. É apenas sua condição de não serem arqueólogos(as) profissionais que une “o público” em nosso contexto; por qualquer outra medida, “o público” não existe. Ou melhor, devemos conceber aqueles que não são arqueólogos(as) profissionais como um conjunto inconstante de grupos com interesses transversais que muitas vezes possuem afinidades, mas que frequentemente não tem quase nada em comum.

⁴ NT: Faz referência ao texto THOMAS, Roger M. “Archaeology and authority in England”. In: MERRIMAN, Nick (ed). **Public Archaeology**. London: Routledge. 2004.

⁵ N.T.: O original em inglês *archaeologist* é um substantivo de gênero neutro. Sendo assim, optei por manter essa neutralidade através da dupla denominação “arqueólogo(a)”, uma vez que não há, ainda, designação em gênero neutro para os(as) profissionais da arqueologia.

Então, as duas noções de “público” – o estado e o povo – sempre estiveram em potencial tensão. Em sua maior rigidez essa tensão pode refletir num aparato estatal para a arqueologia distante e amplamente despreocupada, que não leva em conta a diversidade de visões e interesses do público, e um público que está desencantado com a arqueologia provida pelo estado, sentindo seus interesses não representados, preferindo explorar outros caminhos para entender o passado. No máximo podemos abraçar essa tensão como uma qualidade inevitável e positiva da relação das pessoas com o passado. Para tanto, seria necessário o reconhecimento, respeito e trabalho conjunto das autoridades estatais com a grande diversidade de atitudes dos públicos com o patrimônio, além do envolvimento das comunidades na gestão e interpretação de seus passados. Essas duas definições de público, ligeiramente diferentes, também suplicam a questão sobre o tipo de definição usada por arqueólogos(as). Na literatura, o termo arqueologia “pública” frequentemente revela uma disciplina regulada pelo estado, executando um interesse público generalizado e apenas ocasionalmente significa arqueologia “do público”, que persegue sua própria maneira de entender o passado (diferente e competidora).

Como “arqueologia pública” é definida?

O termo “arqueologia pública” primeiramente ganhou amplo uso com a publicação do volume de McGimsey, de mesmo nome, em 1972. Nesse momento, a alcunha foi associada às exigências práticas da Gestão de Recursos Culturais (CRM) dirigida-pelo-desenvolvimento ⁶, em contraste com a arqueologia acadêmica e sua aparente preocupação com questões de pesquisa mais amplas. Como notam Jameson e Smardz Frost (Capítulos 2 e 3, este volume⁷), o tamanho do EUA por si só e a vastidão de seu potencial de recursos arqueológicos levou ao entendimento de que o público não-arqueológico teria que ser cooptado em serviço da arqueologia, caso se quisesse sítios bem

⁶ NT: No Brasil, o termo “Manejo de Recursos Culturais” (CRM – sigla para o original em inglês *Cultural Resources Management*) poderia ser comparado às etapas do licenciamento ambiental que cabem às humanidades, como a arqueologia de contrato e os estudos de impacto sociais e antropológicos. As referências ao CRM são, como no caso brasileiro, polêmicas entre a defesa e o descrédito.

⁷ NT: Autor faz referência aos textos: JAMESON JR., John H. “Public Archaeology in the United States” e SMARDZ FROST, Karolyn E. “Archaeology and public education in North America: view from the beginning of the millennium”, ambos na obra MERRIMAN, Nick. **Public Achaeology**. London/New York: Routledge. 2004.

protegidos e investigados com responsabilidade. Sendo assim, CRM era arqueologia “pública” uma vez que dependia de apoio público para convencer legisladores e empreendedores de que sítios arqueológicos necessitavam de proteção ou mitigação e de que, na maioria das vezes, confiava em não profissionais para fazer o serviço. Com o tempo, no entanto, à medida que a arqueologia tornou-se mais profissionalizada, o elemento “público” dessa arqueologia constituiu-se de arqueólogos(as) gerindo os recursos culturais *em nome do público* ao invés de envolver com maior intensidade o público diretamente nos próprios trabalhos. “Arqueologia pública”, nesses termos, na verdade, assinalou a profissionalização da arqueologia e o relativo decréscimo de participação pública. A situação tem se mostrado similar no Reino Unido.

A crescente profissionalização da arqueologia resulta em uma situação na qual o estado e seus agentes atuam em nome do público, através da implementação planejada de estratégia de gestão de recursos culturais. Sob essas estratégias, imagina-se que o interesse público esteja sendo atendido através da preservação dos recursos culturais, ou seu cuidadoso registro durante a destruição. Nesse sentido, o interesse público é servido não tanto no presente, quanto em um tempo futuro vagamente definido como “posteridade”, quando os recursos ou seus registros, podem ser consultados. Numa estratégia assim orientada para o futuro, o próprio público, os cidadãos do presente, são apenas atendidos indiretamente e estarão raramente envolvidas na arqueologia propriamente dita. Elementos de “interesse público” de arqueologia pública incluem, por exemplo, gestão de recursos culturais, gestão de sítios e o combate à pilhagem e comércio ilegal.

Ao longo dos últimos anos, à medida que arqueólogos(as) têm percebido que o interesse público vem sendo inadequadamente suprido pela abordagem da CRM, desenvolveu-se um interesse mais próximo às preocupações do público. Tracei, em outro trabalho, os fatores que levaram a uma nova “abertura” da arqueologia profissional para abraçar o público mais amplo, e ao tratamento da relação do público com a arqueologia, como um tópico de pesquisa acadêmica em seu próprio mérito (MERRIMAN, 2002). Esses estudos incluíram a forte influência da teoria arqueológica, do marxismo à pós-modernidade, que levaram ao reconhecimento da contingência histórica do trabalho arqueológico, e a multivalência da interpretação. Mudanças também foram incitadas por fora da disciplina, seguindo campanhas de povos indígenas e outras minorias pelo direito de voz no estudo e interpretação de seus próprios passados, com apoio do bem sucedido Congresso Mundial de Arqueologia e publicações subsequentes. Partindo de outra direção, essas mudanças foram induzidas pelo fato de muitos dos canais de vazão da arqueologia (museus, exposições, sítios patrimoniais) terem sido forçados a competir por visitantes num

mercado comercial de lazer, e foram sujeitos a novas formas de manejo que envolveram a demonstração de responsabilidade pelos fundos públicos e o valor monetário.

Esse “retorno ao público” também pode ser colocado em um contexto mais amplo no qual se vê o desenvolvimento da noção de cidadão ativo, onde escolha e participação (particularmente expressas no consumo) e visto como um grande avanço político: “Cidadania é sobre ser ativo e individualista, ao invés de ser passivo e dependente. O sujeito político deve ser doravante um indivíduo cuja cidadania é expressa no livre exercício da escolha pessoal entre uma variedade de opções” (ROSE, 1992: 159).

Talvez em reconhecimento desse problema, “arqueologia pública” nos EUA tem crescido em significado nos últimos anos para recobrar o engajamento público direto: “Arqueologia Pública na América [do norte] pode ser entendida no enquadramento das consequências observadas do CRM, bem como arqueologia educativa e interpretação pública em arenas públicas como as escolas, parques e museus” (JAMESON, capítulo 2, este volume).

Em outras partes do mundo, um termo ainda mais amplo tem se desenvolvido, sendo esse o que predomina neste livro. Schadla-Hall (1999: 147) o definiu como “qualquer área de atividade arqueológica que interagiu ou tem o potencial interativo com o público”. Ascherson, no primeiro editorial para um novo periódico de *Public Archaeology* (Arqueologia Pública)⁸, já sugeriu que as questões em arqueologia pública “são sobre problemas que surgem quando a arqueologia se move para o mundo real de conflito econômico e contenda política. Em outras palavras, são problemas de ética” (ASCHERSON, 2000: 2).

Assim, arqueologia pública deve enraizar-se nos debates relativamente sofisticados que têm emergido ao redor do patrimônio em geral. Esse debate tem evoluído nos últimos anos em afastamento à infrutífera discussão bipolar entre os críticos “hostis à ideia de patrimônio” e os populistas, celebrando o patrimônio a partir de baixo (SAMUEL, 1994) para um tratamento com maiores nuances em questões de identidade e conflito, mesclado com aqueles de turismo e economia. Grahame *et al.* (2000: 22) definiram utilmente o patrimônio – e por implicação de sentido, o patrimônio arqueológico – como uma dualidade entre capital econômico e cultural, que vive em tensão interna: “tensão e conflito são, portanto, qualidades intrínsecas do patrimônio, seja qual for sua forma”. Talvez não devêssemos nos surpreender com o fato de que a maioria dos aspectos públicos da arqueologia seja sobre conflito, ou o que Turnbridge e Ashworth (1995) chamaram

⁸ NT: Optei por deixar aqui pelo nome em inglês do periódico estrangeiro para não confundi-lo com seu homônimo brasileiro.

“patrimônio em dissonância”, já que arqueologia, em última instância, trata do desenvolvimento de identidades culturais, e está, portanto, inextricavelmente atada à política. Vemos isso com maior clareza, justamente na destruição de vestígios em guerras civis (LAYTON *et al.*, 2001) e na contestação sobre o direito de propriedade ou interpretação de materiais arqueológicos (LAYTON, 1989a; FFORDE *et al.*, 2002; SIMPSON, 1996); mas também o vemos em disputas locais que não alcançam a mídia nacional sobre destruição ou direitos de acesso a sítios. A dissonância do patrimônio arqueológico tem sido muito explorada por Skeates em seu volume *Debating the Archaeological Heritage* (2000), que está repleto de exemplos de conflito, debate e negociação sobre os aspectos da arqueologia.

O campo da arqueologia pública é significativo porque estuda os processos e resultados pelos quais a disciplina arqueológica torna-se parte de uma cultura pública mais ampla, onde contestação e dissonância são inevitáveis. Ao tratar de ética e identidade, portanto, arqueologia pública é inevitavelmente ligada à negociação e conflito sobre significado. Essa definição ampla de arqueologia pública abre espaço para discussão, não só de produtos arqueológicos (tais como programas educacionais, exposições de museus e turismo em sítios), mas também processos pelos quais o significado é criado a partir de material arqueológico no espaço público. Arqueologia pública, assim, abraça os debates que se abrem entre as provisões oficiais da arqueologia em prol do público e os diferentes públicos que têm participação na arqueologia, que irão frequentemente debater entre si sobre os significados e valores dos recursos arqueológicos.

Qual o propósito de se engajar com o público?

O modelo do déficit

Ao examinar a razão pela qual a arqueologia descobriu a importância de se relacionar com maior proximidade do público, é instrutivo observar o caminho do movimento para promover o entendimento público da ciência. O relatório da Sociedade Real de 1985, *O Entendimento Público da Ciência (The Public Understanding of Science)*, pôs a frente dois argumentos principais sobre a importância do melhor entendimento público. O primeiro dizia que o Reino Unido ganharia muito mais economicamente se sua força de trabalho fosse mais familiarizada com a ciência e a tecnologia. O segundo foi que a melhoria do entendimento público criaria melhores cidadãos, que seriam capazes de tomar decisões democráticas informadas numa cultura cada vez mais permeada pela ciência (veja IRWIN e WYNNE, 1996). Como MacDonald nota:

Houve aqui um implícito afastamento do público como deficiente e extraviado em sua presente “falta de apreensão” da ciência – um “modelo de déficit” do público, cujas falácias deveriam ser reparadas, passando mais ciência “para fora” ou “através” da fronteira de um mundo especializado e relativamente cerrado para o mundo das grandes massas ignorantes (MACDONALD, 2002: 49).

Há algo desse “modelo de déficit” perpassando muitos dos argumentos dados sobre a importância da arqueologia pública. Se nos conectarmos com o público, segue o argumento, mais pessoas entenderão o que arqueólogos(as) estão tentando fazer e darão mais apoio aos seus trabalhos. Educação pública, continuam, tentará promulgar a mensagem de que a gestão dos recursos arqueológicos é importante e “corrigir” más apropriações do passado propagadas pela frente lunática (veja MCMANAMONN, 2000). Nessa medida, o “modelo do déficit” da arqueologia pública encara o público como necessitados de uma educação no caminho correto para apreciação da arqueologia e o papel da arqueologia pública surge como estruturadora de confiança para o trabalho profissional da disciplina. A participação pública é, certamente, encorajada, mas apenas ao longo de linhas de práticas profissionais aprovadas. Visões alternativas não devem ser particularmente encorajadas, a não ser no caso de sistemas de crenças indígenas, que ocupam uma categoria à parte (um ponto ao qual devo retornar posteriormente). Esse poderia ser chamado de abordagem “de interesse público”, que deriva da necessidade de uma arqueologia profissional de separar-se de não-profissional e é associada ultimamente com autoridade do conhecimento, tomando como seu modelo o científico.

Ao mesmo tempo em que há méritos dessa abordagem de interesse público ao garantir, por exemplo, que sítios e registros sejam preservados para o futuro, há também algumas falhas. A primeira entre essas é a dificuldade de conciliar o “modelo do déficit” com a propriedade inerente ao patrimônio que é a “dissonância”. Se contestação, debate e conflito são a essência do patrimônio, e da arqueologia como um elemento constituinte, então tentativas de “corrigir” déficits de conhecimento e crenças podem não ser uma abordagem frutífera. Educação em tais contextos pode não ser uma maneira de incutir fatos apropriados, mas ao contrário de equipar as pessoas com um conjunto de ferramentas com as quais se podem avaliar diferentes formas de evidência e reivindicações competidoras, lhes permitindo chegar às suas próprias conclusões, estejam elas ou não em conformidade com alguma forma externa de “verdade”. É a conclusão, basicamente, dos aportes

construtivistas para museus e interpretação patrimonial (BALLANTYNE, 1998; COPELAND, capítulo 6, este volume⁹; HEIN, 1998; e veja abaixo).

O modelo de múltiplas perspectivas

No entanto, o exame minucioso de parte da literatura sobre a compreensão pública da ciência, e de fato em arqueologia pública, mostra que há outro lado para essa proposta. O debate do entendimento público das ciências tem sido dominado por ataques ao modelo de déficit por cientistas sociais com o argumento de que se o entendimento público é visto como um problema de ignorância pública, “o problema joga toda a atenção da crítica de pesquisa sobre o público e a mídia. Os únicos problemas dentro da ciência têm a ver com induzir cientistas a se comunicarem de modo mais claro e entretido em termos leigos” (WYNNE, 1992: 38). Críticos têm se concentrado em desafiar o papel autoritário da ciência, como um aspecto do que tem sido nomeada “a guerra da ciência” (DURANT, 1997).

Essa crítica pode ser deixada ainda mais convincentemente na porta da arqueologia, que possui ainda menos reclames sobre verdades últimas que qualquer ciência natural. O modelo do déficit em arqueologia tem sido desafiado, por exemplo, por Holtorf (2000) que, numa resposta a um artigo de McManamonn (2000), argumentou pelo reconhecimento de múltiplas perspectivas: “não vejo razão pela qual não-profissionais não devam ser bem-vindos e mesmo encorajados e apoiados em seus próprios encontros com arqueologia, tenham esses quaisquer semelhanças com os modelos profissionais ou não” (HOLTORF, 2000: 215).

Como Jameson (capítulo 2, este volume) nota, muito comumente em manejo de recursos culturais, arqueólogos(as) “perdem de vista o real propósito do processo de observância: oferecer aproveitamento e apreciação da rica diversidade de experiências humanas no passado”. Ou, como coloca Smardz (1997: 103), a disciplina deveria: “parar de levar arqueologia ao público pelo bem da arqueologia e começar a fazê-lo para ir ao encontro das necessidades gerais educativas, sociais e culturais do público”.

Nesse modelo de “múltiplas perspectivas”, então, o propósito de engajar o público com arqueologia é encorajar auto-realização, enriquecer a vida das pessoas e estimular reflexão e criatividade.

⁹ NT: Autor faz referência ao texto: COPELAND, Tim. “Presenting archaeology to the public: constructing insights on-site”. In: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London/New York: Routledge. 2004

A vantagem dessa abordagem para a arqueologia pública é que ela reconhece a importância da agência: não importa o quão intensamente tentem os(as) arqueólogos(as), não-arqueólogos(as) irão se reapropriar, reinterpretar e renegociar significados de recursos arqueológicos para suas próprias agendas pessoais. Certamente é melhor trabalhar com essa percepção quando considerando a relação entre a arqueologia e o público não profissional do que tentar forçar as pessoas a seguirem uma única agenda.

O problema com essa abordagem, no entanto, é que pode se desequilibrar para uma celebração acrítica de todos os engajamentos públicos com arqueologia, independente de seu conteúdo ou orientação política. Esse é um problema comum à arqueologia como um todo, onde relativismo extremo tem sido acusado de prenúncio de uma real empreitada de destruição da disciplina como um todo (YOFFE e SHERRATT, 1993). Na prática, poucos(as) arqueólogos(as) tomam a postura de que o ponto de vista de qualquer pessoa sobre o passado é tão válido quanto outros. Ao invés disso, a maioria dos que aceitariam que interpretações arqueológicas estão ligadas a contingências históricas, subscreveriam a visão “perspectivista” de Thomas (1995), que diria ser possível concordar em certas questões centrais dentro de um mesmo sistema compartilhado de crenças, tal como a racionalidade ocidental, mas essas mesmas questões seriam vistas por uma série de perspectivas distintas. Entretanto, como defende Schadla-Hall (capítulo 14, este volume¹⁰), é tempo de distinguir entre “boas” e “más” arqueologias públicas, condenando aqueles que rebaixam ou oprimem outros, ao reconhecerem e celebrarem a diversidade de outras crenças sobre o passado, tendo claro que arqueólogos(as) possuem fortes argumentos contra a validade de alguns deles.

Há, então, vantagens para tanto do modelo do déficit e de múltiplas perspectivas. Mesmo relativistas podem ver a depredação desembaraçada de sítios com certa apreensão, assim como muitas pessoas provavelmente gostariam de alguma concordância ampla em termos arqueológicos, de cronologias, de histórias de culturas e demais, de modo a permitir a comunicação e realização de debates. Do mesmo modo, é certo que uma arqueologia verdadeiramente pública também reconheça e abrace o enorme interesse popular pelo passado em toda sua diversidade, ao invés de ver alguns de seus elementos como um problema que deve ser corrigido.

¹⁰ NT: Autor faz referência ao texto: SCHADLA-HALL, Tim. “The comforts of unreason: the importance and relevance of alternative archaeology”. In: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London/New York: Routledge, 2004.

Ambas as abordagens são consideradas neste livro; e em muitos artigos, as duas se sobrepõem, com o reconhecimento de que uma aproximação responsável à gestão dos recursos arqueológicos primários e básicos e uma atitude tolerante à diversidade do público e seus interesses, são apropriadas. Este livro, espera-se, representa algo como um passo a frente ao mostrar que as duas perspectivas podem existir lado a lado. Isso é explorado nas duas principais seções do livro, que cobrem algumas, mas de maneira alguma todas, das questões principais na arqueologia pública contemporânea.

Questões em comunicação e interpretação

Entendendo o público

A primeira seção deste livro trata de questões relativas à comunicação em seu sentido mais amplo. Nós já discutimos algumas dessas questões na compreensão pública sobre a ciência e seu predominante “modelo de déficit” de comunicação. É de se notar, no entanto, que trabalhos sobre a compreensão pública da ciência são dominados por estudos empíricos do entendimento de questões e pesquisas científicas entre o público não científico. Como resultado, cientistas têm construído um bom entendimento dos pré-conceitos, equívocos, “ingenuidades”, interesses e opiniões de seus diversos públicos. Seu desafio autoimposto, tem sido, então, usar esses resultados empíricos para construir uma comunicação mais efetiva. Em contraste, há pouquíssimos estudos sobre o entendimento e atitudes do público para com a arqueologia. De fato, parece que arqueólogos(as) têm demonstrado pouco interesse nas audiências de seus trabalhos, além daquela composta pelo estreito bando de seus pares. Todos os modelos sensatos de comunicação (veja por exemplo HOOPER-GREENHILL, 1994) mostram se tratar de um processo de mão-dupla, uma transação ou negociação entre o receptor e o transmissor, filtrado por uma variedade de fatores. Com um conhecimento tão precário das atitudes, concepções e crenças dos receptores da informação arqueológica, arqueólogos(as) têm se comunicado cegamente com uma audiência que eles não entendem, e não é de se espantar que tantas tentativas de comunicar arqueologia tenha resultado em tédio e incompreensão. Em termos de entender o público, então, arqueologia tem muito que aprender sobre o entendimento público da ciência.

O pouco de trabalho que tem sido feito vem, em sua maioria, da America do Norte, onde Feder, por exemplo, realiza uma pesquisa a cada dez anos com “arqueologia Cult” e crenças criacionistas entre estudantes (FEDER, 1984; 1995), e Pokytolo e colegas

pesquisaram as atitudes do público mais amplo frente ao patrimônio arqueológico (POKYTOLO e MASON, 1991; POKYTOLO e GUPY, 1999). O estudo em maior escala já feito é o da Harris Interactive, em nome da Sociedade para Arqueologia Americana (RAMOS e DUGANNE, 2000), que entrevistou 1016 adultos americanos. Esses estudos têm demonstrado, de modo geral, o alto valor depositado sobre arqueologia pelo público, bem como mostrou graus variados de compreensão do que estuda a arqueologia ou de como a disciplina de arqueologia funciona na prática. Alguns dos estudos (e.g. Feder) têm demonstrado a aderência de pessoas instruídas a crenças “alternativas” como astro-arqueologia e criacionismo (ver SCHADLA-HALL, capítulo 14, este volume para mais discussões). O enquadramento e análise dessas pesquisas têm sido levados a cabo dentro do modelo analítico do déficit, buscando entender os equívocos de modo a descobrir como melhor corrigi-los.

Em geral, no entanto, ainda não temos um bom entendimento da composição geral das diferentes audiências da arqueologia e suas distintas manifestações, o que motiva as pessoas a terem um interesse em arqueologia, o que as deixa entediada por ela, ou como as pessoas reinterpretem e usam os materiais que a arqueologia lhes provê. Minha própria pesquisa conduzida vários anos atrás (MERRIMAN, 1991) tentou dar um primeiro passo nessa direção. Argumentava que havia uma forte relação entre as crenças das pessoas sobre o passado em geral e suas circunstâncias atuais, com atitudes sobre o passado sendo usadas como um comentário silencioso ou uma crítica do presente. Em termos de atitude, especificamente para com a arqueologia e suas alternativas, a pesquisa sugeriu que houve uma sobreposição considerável, com pessoas que estiveram interessadas em arqueologia *mainstream* proferindo, por vezes, preferências “alternativas” ao mesmo tempo. Foi sugerido que:

Mesmo se todos estivessem esclarecidos sobre a interpretação arqueológica estabelecida sobre Stonehenge ou as pirâmides, isso não necessariamente preveniria muitas pessoas de acreditarem em homens do espaço e campos de força, simplesmente porque são explicações mais excitantes que os argumentos prosaicos colocados por arqueólogos(as)... Numa sociedade crescentemente racional e materialista, o passado, especialmente a pré-história, pode oferecer um refúgio para o uso criativo da imaginação na construção de um passado não racional e não materialista (Merriman, 1991: 116-17).

Essa pesquisa usou uma abordagem quantitativa em larga-escala e necessita ser desenvolvida com uma pesquisa qualitativa mais profunda. Uma contribuição interessante

veio da pesquisa comissionada pelo *English Heritage*¹¹ sobre atitudes com o ambiente histórico (MORI, 2000). Embora seu enfoque tenha sido mais amplo que arqueologia, sua significância residiu na identificação de que parte considerável da diversa população do Reino Unido sentia que o patrimônio do país não era seu patrimônio ou lhes tinha qualquer relevância, e também reconheciam que patrimônio era essencialmente pessoal em seu significado. Ela identificou “a necessidade de significado” como um importante aspecto da vida contemporânea, consequência do declínio de importantes referentes como família e religião. “Numa sociedade de rápidas mudanças, patrimônio e o ambiente histórico representam algo constante e confiável” (MORI, 2000). A pesquisa também identificou “polysensualidade”¹² como uma outra tendência:

Cada vez mais pessoas estão confiando mais peso aos seus sentimentos e emoções no seu dia-a-dia, à custa do simplesmente racional. Significado e valor serão conferidos a algo se ele satisfizer o indivíduo em diferentes maneiras. Isso não apenas significa que provedores terão que considerar técnicas de interpretações sonoras, visuais e táteis, mas também que terão que pensar em como engajar as emoções dos visitantes, caso eles queiram causar impressões duráveis e criar valores reais (MORI, 2000).

Construindo comunicação

Quais são, então, as implicações de um desafio do modelo do déficit e o aceite de algumas das descobertas das pesquisas acima? A primeira implicação leva arqueólogos(as) ao dever de trabalhar muito mais arduamente para entender a diversidade de suas audiências e os tipos de significados que as pessoas derivam de materiais arqueológicos. Uma maior quantidade de pesquisas qualitativas sobre visitantes deve ser levada a cabo. Um modelo de como esse trabalho pode ser conduzido aparece no *paper* de MacDonald e Shaw (Capítulo 5, este volume), onde apresentam a investigação, também pela primeira vez, o que as potenciais audiências da arqueologia egípcia (incluindo, de modo crucial, egípcios e indivíduos de ascendência africana) querem saber sobre o assunto e quais pré-conceitos carregam. Como indicado acima pelo trabalho de MORI, o que a arqueologia pode dizer às audiências em crescente mobilidade e diversidade deve ser uma das questões mais importantes para a arqueologia pública no futuro próximo e é essencial que essa questão seja examinada com sensibilidade e minúcia para evitar que a arqueologia seja considerada irrelevante por importantes segmentos da população.

Outra implicação de um foco em audiências é que arqueólogos(as) devem reconhecer a comunicação como um campo especializado com próprio enquadramento

¹¹ N.T.: Órgão do governo britânico responsável pela gestão do patrimônio cultural.

¹² O conceito *Polysensuality* se refere às maneiras de incitar os sentidos e emoções dos indivíduos.

disciplinar e de pesquisa. Com muita frequência, arqueólogos(as) têm lidado com a comunicação como se fora um exercício transparente e direto. Copeland (capítulo 6, este volume) cita M. W. Thompson, por exemplo, que distingue entre “interpretação primária”, que é uma interpretação arqueológica da evidência, e “interpretação secundária”, que é a “transmissão popular dessa narrativa... para outras pessoas”, como se o público fosse folhas brancas de papel nas quais a interpretação arqueológica pode ser escrita.

Como mostra Ascherson (capítulo 7, este volume¹³), quando discute a arqueologia e a mídia, não estamos lidando com um caso de “tradução” ou “disseminação”. Ao invés disso, na representação e recepção da arqueologia pela mídia, há toda uma variedade de atores e relações envolvidas, que formam um novo discurso cultural usando os materiais que lhe são dados.

Uma alternativa é proposta por McDavid em seu artigo (capítulo 8, este volume), onde ela usa a ideia de Rorty (1989) de “conversa” entre arqueólogos(as) e o público, antes de uma “apresentação” ou “educação”. O artigo de Copeland (capítulo 6, este volume) leva essa ideia adiante, quando argumenta que visitar um sítio é uma “negociação cultural entre a apresentação e o visitante”. Criticando a limitação dos trabalhos feitos sobre visitantes em sítios arqueológicos, pois se concentram na avaliação de conhecimento factual adquirido, ele propõe um aprendizado das teorias do construtivismo, que estão sendo usadas cada vez mais por educadores como um modelo útil para o ambiente não escolar do museu ou do sítio. Essa abordagem vê o significado como sendo construído pelo indivíduo a partir dos objetos, eventos e ideias que encontram, construindo sobre e consolidando conhecimentos anteriores:

O significado não é necessariamente evidente dentro do material exibido por si mesmo. Ao invés disso, o material adquire significado quando os visitantes o relacionam com aspectos de sua própria experiência e razões de estar lá. Aprendizado não é apenas a adição de pedaços de informação, mas o desenvolvimento e elaboração do entendimento de uma pessoa e a organização de seu conhecimento (Ballantyne, 1998: 84).

Do ponto de vista do construtivismo, o importante é que as pessoas derivem significado de um encontro com arqueologia, ao relacioná-la com algum aspecto de suas próprias vidas, antes de ponderar sobre sua correspondência com o consenso arqueológico atual.

¹³ NT: Autor faz referência ao texto: ASCHERSON, Neal. “Archaeology and the British Media”. In: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London/New York: Routledge. 2004

Isso também pode ser visto no trabalho etnográfico de Angela Piccini (1999) com os visitantes dos “sítios construídos” da Idade do Ferro. Ela mostra como os visitantes usam os sítios essencialmente como um pano de fundo ou “teatro” onde operam relações sociais contemporâneas, constantemente relacionando o que veem com suas preocupações no presente.

O que não significa que o conteúdo das comunicações arqueológicas (livros, palestras, apresentação de sites, museus, programas televisivos) é insignificante. O que sim significa é que a arqueologia terá que trabalhar *com* ao invés de *contra* o fato de que as pessoas constantemente instituem significado retrabalhando aquilo que lhes é apresentado, de modo a se relacionar consigo. Em meu próprio capítulo (capítulo 4, este volume), sugiro uma abordagem à comunicação que encoraje a “imaginação informada”, sendo um possível passo adiante na tentativa de conciliação do interesse de arqueólogos(as) em transmitir informação correta com os modos pelos quais as pesquisas atestam que as pessoas reutilizam o material que lhes é dado.

Desafios em comunicação e interpretação

No entanto, há um número maior de problemas e desafios ao encarar essa aproximação à comunicação e interpretação, tal como descritos acima. Em seu artigo (capítulo 8), McDavid mostra que uma abordagem tão aberta de estímulo aos tradicionais não participantes, tampouco funciona bem, em parte, talvez, pela superestimativa de arqueólogos(as) quanto ao desejo de alguns membros do público em participar.

Para outros, uma celebração com final aberto de “palestras de visitantes” pode conduzir a um sentimento de empoderamento que é apenas ilusório. Como defendo, ser meramente “ativo” e “participativo” num sentido físico pode criar uma ilusão de envolvimento quando, na verdade, o envolvimento mental é reduzido, bem como “escolha” de interpretações pode, de fato, obstruir opções de escolhas reais e engajamento (MACDONALD, 2002).

As questões centrais em comunicação e interpretação, assim, se resumem ao papel atribuído à agência por parte do público, e no grau em que é permitido à perícia um espaço para modular e guiar o engajamento público. De um ciclo iniciado com o “modelo do déficit”, nos movemos a um modelo multivalente que enfatiza a validade de todas as interpretações feitas pelo público. Talvez agora seja o momento certo de colocar o especialista de volta na agenda (SKEATES, 2000: 122-4).

As partes interessadas

Alguns dos debates mais afiados em arqueologia pública giram em torno de quem tem o direito de posse e interpretação dos vestígios materiais do passado. Diferentemente de questões de comunicação e interpretação, há uma grande quantidade de publicações nessa área, muitas delas pela série *One World Archaeology*¹⁴, que tem sublinhado em diversos de seus volumes a necessidade de reconhecer os interesses de, por exemplo, povos indígenas e outros grupos marginalizados (LAYTON, 1989a, b; STONE e MACKENZIE, 1990).

Thomas (capítulo 9, este volume), delineia um modelo geral de como o estado pode responder ao reconhecimento da diversidade de perspectivas em torno das evidências arqueológicas e o passado antigo entre membros do público. Ele põe adiante a ideia do estado como um facilitador na aproximação das comunidades com seu próprio passado e nota que no Reino Unido alguns passos já estão sendo tomados nessa direção pelo *English Heritage*, a agência estatal responsável pela arqueologia.

Um bom exemplo de como arqueólogos(as) profissionais podem agir como facilitadores para a prática de outros indivíduos é apresentado no estudo de caso de Bland (capítulo 15) sobre o esquema de registro de antiguidades portáteis na Inglaterra e País de Gales onde, seguindo décadas de suspeita e antagonismo mútuos, “detectoristas”¹⁵ de metal foram convidados a fazer parte de um programa nacional de registro voluntário de descobertas feitas pelo próprio público. O papel dos profissionais especializados – os agentes de ligação das antiguidades portáteis – se estendeu além do simples registro de achados, seguiu também em direção ao aconselhamento sobre limpeza e conservação, palestras para clubes de detectores de metais e grupos escolares, desenvolvimento de exposições e incorporação de detectoristas de metal em trabalhos de prospecção arqueológica profissional.

Aqui, no entanto, estamos lidando com a ligação entre dois grupos que compartilham o mesmo panorama cultural e ambos interessados, em última instância, no resgate e registro do passado (pesquisas mostram que poucos desses indivíduos têm como

¹⁴ Série de publicações organizadas pelo Congresso Mundial de Arqueologia - http://www.worldarchaeologicalcongress.org/site/public_rout.php.

¹⁵ N.T.: Essa palavra no original, *detectorists*, não é grafada com aspas. Parece ser um adjetivo comum em inglês.

motivo de seu hobby a recompensa financeira: DOBINSON e DENISON, 1995). O que acontece quando arqueólogos(as) interagem com aqueles cujos pontos de vista divergem?

O artigo de Qin (capítulo 16) é outro exemplo de um país arqueologicamente rico no comércio global de antiguidades. Aqui, ele argumenta que a expansão da própria arqueologia foi um estímulo para a expansão do comércio de antiguidades, na medida em que o crescimento no conhecimento chama atenção para sítios e descobertas, e o alto valor acadêmico culmina no alto valor de mercado. Mais preocupante, ele apresenta o caso de uma “comunidade arqueológica”, onde trabalhadores locais eram treinados em técnicas arqueológicas para participar das escavações e posteriormente voltavam para pilhar os sítios; e arqueólogos(as) foram acusados de exacerbar a situação ao treinar os ladrões!

Infelizmente, arqueólogos(as) contam com um número pequeno em escala nacional e global e seu poder de lobby político pode ser desprezível, particularmente quando surge contra os interesses dos grandes negócios, outro bem organizado lobby político, ou as circunstâncias da guerra. A fraqueza dos(as) arqueólogos(as) nesses casos foi exposta com muita clareza, a exemplo, durante o 3º Congresso Mundial de Arqueologia na Índia, quando participantes foram obrigados a não discutir a destruição da mesquita de Ayodhya com medo de colocarem em risco sua própria segurança (COLLEY, 1995). O trabalho de Funari (capítulo 10) também mostra algumas das dificuldades enfrentadas por arqueólogos no Brasil, uma nação não ocidental industrializada com significativas divisões sociais, populações indígenas e outras minorias, onde indígenas são ocasionalmente queimados por jovens. Após o retorno do regime civil, no entanto, ele observa algumas melhorias, notadamente o aumento no interesse pelo patrimônio indígena e africano/afro-brasileiro, na pré-história e na educação patrimonial. Tais ganhos podem ser, contudo, relativamente pequenos e precários, passíveis de serem varridos por qualquer grande mudança política.

O reconhecimento da natureza política da arqueologia e da fraqueza política de arqueólogos(as) levanta a questão de como eles(as) próprios(as) são capazes de saudar uma diversidade de perspectivas sobre o passado sem serem politicamente perseguidos. Como observa Hamilakis (1999), arqueólogos(as) talvez tenham que se tornar mais politicamente engajados se eles abraçarem uma diversidade de visões, e tenham que sacrificar noções de neutralidade ao final.

Uma área onde esse fato é particularmente interessante é na área de “arqueologias alternativas”. Schadla-Hall (capítulo 14) mostra que, historicamente, arqueólogos(as) têm refutado perspectivas alternativas. Contudo, enquanto os “confortos da insensatez” podem ser sedutores, argumenta, arqueólogos(as) têm sido demasiadamente

simplistas em seu tratamento: um pouco de arqueologia alternativa é uma expressão inteiramente legítima de outras perspectivas do passado e deve ser respeitada; outras são inerentemente racistas e degradantes de outros grupos sociais e devem ser desafiadas. Assim, arqueologia pública é definitivamente uma questão de ética.

Ética, no entanto, pode não ser universalmente aplicada. Outra área onde a questão da diversidade de pontos de vista fica novamente em foco é na arqueologia indígena. Em países ocidentalizados com comunidades indígenas, pelo menos a norma tem sido a consulta e o envolvimento dessas comunidades no desenvolvimento e execução de projetos arqueológicos e na interpretação dos resultados (e.g. POKYLOTO e BRASS, 1997). Contudo, também é a norma em tais países tentar “corrigir” o que é visto como interpretações equivocadas ou distorções flagrantes da evidência arqueológica pela “frente lunática”. Mas como é possível distinguir entre “conhecimento indígena” e “frente lunática”? O dilema colocado pelo respeito que os(as) arqueólogos(as) desejam prestar à arqueologia indígena versus seu ímpeto de corrigir equívocos interpretativos dos demais grupos foi muito bem resumido por Tarlow em sua discussão sobre os códigos de ética universais (TARLOW, 2001). Ao mesmo tempo em que reconhecemos a real possibilidade de princípios éticos concernentes às populações indígenas em lugares como a América do Norte e Austrália (embora acompanhados por suas questões particulares), ela defende que a observância genérica da ética sobre indigeneidade é muito mal aplicada em locais como a Europa, onde imigrantes recentes ou grupos sem terras tradicionais (ciganos, judeus) são discriminados, e não os povos “indígenas” (seja como esses forem definidos). Ela nota que:

Em teoria, grupos de extrema direita e neo-nazistas poderiam usar o Código de Ética do WAC¹⁶ para legitimar suas próprias reivindicações de exclusivismo racial e de políticas discriminatórias. Até onde eu saiba, eles ainda não fizeram isso, mas o princípio de que, por exemplo, “o patrimônio cultural indígena pertence legitimamente aos descendentes indígenas daquele patrimônio” (WAC princípio 5) é um dos que eles certamente reconheceriam e esposariam (Tarlow, 2001: 256).

Esse ponto é levado mais adiante por Parker Pearson e Ramilisonina (capítulo 12, este volume) quando discutem as complexidades e irracionalidades do que chamam de “indígena” e defendem sua substituição por “local”, já que “numa sociedade incrivelmente globalizada, todos são locais em algum lugar”. Também de grande importância, eles enfatizam que arqueologia “local”, embora essencial, não deva ser a única razão de ser, uma vez que as audiências para a arqueologia são globais e dispersas. Mapunda e Lane

¹⁶ N.T.: sigla original do *World Archaeological Congress* (Congresso de Arqueologia Mundial), reconhecido pela mesma sigla, mesmo em português.

(capítulo 11) sugerem como um modelo de fazer arqueologia que responda às comunidades locais não ocidentais possa ser colocado em prática. Em contraste com muito da prática arqueológica do passado, que falhou notadamente em informar ou envolver a população local no trabalho arqueológico feito numa área, eles sugerem um modelo de trabalho futuro que envolva consulta sobre objetivos de pesquisa, emprego da população local tanto como “embaixadores” quanto como mão-de-obra, sobre uma exposição, publicação popular e um fórum de discussão sobre o projeto.

Talvez a melhor expressão dessa combinação entre indígenas e locais esteja no artigo de Byrne (capítulo 13), sobre o retorno de restos mortais e artefatos aborígenes como uma “arqueologia ao revés”. Sua reflexão é de que o movimento desses restos humanos e objetos representam um retorno aos espaços *locais*, especificamente cemitérios locais, e defende que aborígenes têm resistido ao domínio europeu em seu apego aos espaços locais. Ele mostra como o padrão de movimento de “dispersão” de aborígenes para cidades não deve ser visto simplesmente como um movimento “de afastamento”, mas sim como “linhas de comunicação que têm, de certo modo, permitido a expansão local”. As populações refazem seus passos para visitar cemitérios locais, e faz-se um imenso esforço para que os enterramentos sejam “locais”. Esse apego à localidade é espelhado nos esforços de trazer para “casa” as Gerações Roubadas, assim, “reenterro e repatriação não são rupturas à normalidade, mas sim companhias de toda uma formação de outros movimentos rumo ao lar”. Numa sociedade global, ao que parece, a unidade fundamental de uma arqueologia pública deve ser o local.

Conclusão

Espera-se, deste volume, a apresentação da amplitude de debates que podem se abrir quando nos afastamos da definição estreita de arqueologia pública como manejo de recursos culturais ou de um modelo de déficit na educação arqueológica. Os artigos aqui mostram que há um largo território inexplorado no que concerne, em particular, às percepções e usos da arqueologia e apresentações arqueológicas pela grande maioria de pessoas que não são arqueólogos(as) profissionais. Muitas questões básicas permanecem sem resposta porque arqueólogos(as), até recentemente, não têm tratado suas relações com o público como algo que mereça sua atenção acadêmica. É tempo agora de estudar essa relação com o mesmo grau de rigor com que estudamos sociedades do passado.

Referências Bibliográficas

ADORNO, T, e M HORKHEIMER. **Dialectic of Elightment**. London: New Left Books, 1979(1944).

ASCHERSON, N. Editorial. **Public Archaeology**, 2000: p.1-4.

BALLANTYNE, R. Interpretin 'Visions'. Adressing Environmental Education Goals Through Interpretation. In: UZZEL D. e BALLANTYNE R. **Contemporary Issues in Heritage and Environmental Interpretation**. London: Stationary Office, 1998.

COLLEY, S. What happende in WAC-3? **Antiquity**, 1995: p.15-18.

DOBINSON, C., e S. DENISON. **Metal Detecting and Archaeology in England**. London: English Heritage/Council for British Archaeology, 1995.

DURANT, J. **Editorial**. Public Understanding of Science, 1997: p.1-3.

FEDER, K. **Ten years after: surveying misconceptions about human past**. Cultural Resource Management, 1995: p.10-14.

FFORDE, C, J. HUBERT, e P. (eds). TURNBULL. **The Dead and their Possessions: Repatriation in Principle, Policy and Practice**. London: Routldge, 2002.

GRAHAM, B., G. J. ASHWORTH, e J. E. TUNBRIDGE. **A Geography of Heritage. Power, Culture and Economy**. London: Arnold, 2000.

HABERMAS, J. **The Structural Transformation of the Public Sphere**. Cambridge: Polity Press, 1989(1962).

HEIN, G. **Learning in the Museum**. London: Routledge, 1998.

HOLTDORF, C. Engaging in multiple pasts. Reply to Francis McManamon. **Public Archaeology**, p. 214-15.

HOOPER-GREENHILL, E, (ed.). **The Educational Role of the Museum**. 2nd edition. London: Routledge, 1994.

IRWIN, A., e B. (eds) WYNNE. **Misunderstanding Science? The Public Recosntruction of Science and Technology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

LAYTON, R. (ed.). **Conflict in the Archaeology of Living Traditions**. London: Unwin Hyman, 1989a.

_____. **Who needs the past? Indigenous Values and Archaeology**. London: Unwin Hyman, 1989b.

LAYTON, R., P. STONE, e J. THOMAS. **Destruction and Conservation of Cultural Property**. London: Routledge, 2001.

MACDONALD, S. **Behind the Scenes at the Science Museum**. Oxford: Berg, 2002.

MCGIMSEY, C. R. **Public Archaeology**. New York: McGraw Hill, 1972.

MCGUIGAN, J. **Culture and the Public Sphere**. London: Routledge, 1996.

MCMANAMON, F. Archaeological Messages and Messengers. **Public Archaeology**, 2000: p. 5-20.

MELTON, J. V. H. **The Rise of Public in Enlightenment Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MERRIMAN, N. Archaeology, heritage and interpretation. In: B. CUNLIFFE, W. DAVIES, C. (eds.) RENFREW. **Archaeology. The Widening Debate**, Oxford: Oxford University Press/British Academy, 2002.

_____. **Beyond the Glass Case: the Past, the Heritage and the Public in Britain**. Leicester: Leicester University Press, 1991.

MORI. **Attitudes Towards the Heritage**. Research Study Conducted for English Heritage July 2000. 2000.

PICCINI, A. War games and wendy-houses: open-air reconstructions of prehistoric life. In: MERRIMAN, N. **Making Early Histories in Museums**. Leicester: Leicester University Press, 1999.

POKYTOLO, D; GUPPY, N. Public Opinion and Archaeological Heritage: views from outside the profession. **American Antiquity**, 1999: p. 400-16.

POKYTOLO, D., MASON, A. Public attitudes towards archaeological resources and their management. In: (eds.) SMITH, G.; EHRENHARD, J. **Protecting the Past**, por. Baton Rouge, Florida: CRC Press, 1991.

POKYTOLO, D., BRASS, G. Interpreting Cultural Resources: Hatzic Site. In: J. (ed.) JAMESON, **Presenting Archaeology to the Public. Digging for Truths**, London: AltaMira Press, 1997.

RAMOS, M.; D. DUGANNE. **Exploring Public Perceptions and Attitudes about Archaeology**. Washington, DC: Society for American Archaeology, 2000.

RORTY, R. **Contingency, Irony and Solidarity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

ROSE, S. Governing the enterprising self. In: P. HEELAS e P. (eds.) MORRIS. **The Values of Enterprise Culture. The Moral Debate**. London: Routledge, 1992.

ROYAL SOCIETY. **The Public Understanding of Science**. London: Royal Society, 1985.

SAMUEL, R. **Theatres of Memory**. London: Verso, 1994.

SCHADLA-HALL, T. Editorial: Public Archaeology. **European Journal of Archaeology**, 1999: p. 147-158.

SIMPSON, M. **Making Representations; Museums in the Post-Colonial Era**. London: Routledge, 1996.

SKEATS, R. **Debating the Archaeological Heritage**. London: Duckworth, 2000.

STONE, P., e R. (eds.) MACKENZIE. **The Excluded Past. Archaeology in Education**. London: Unwin Hyman, 1990.

TARLOW, S. Decoding Ethics. **Public Archaeology**, 2001: p. 245-59.

THOMAS, J. Where are we now? Archaeological theory in the 1990s. In: UCKO, P. J. **Theory in Archaeology: A World Perspective**. London: Routledge, 1995.

TUNBRIDGE, J., e G. J. ASHWORTH. **Dissonating Heritage: the Management of the Past as a Resource of Conflict**. Chichester: John Wiley, 1995.

WYNNE, B. Public understanding of science research: new horizons or hall of mirrors? **Public Understanding of Science**, 1992: p. 37-44.

YOFFEE, N., e A. (eds.) SHERRATT. Introduction: the sources of archaeological theory. In: N. YOFFEE e A. (eds.) SHERRATT. **Archaeological Theory: Why Sets the Agenda?**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.